



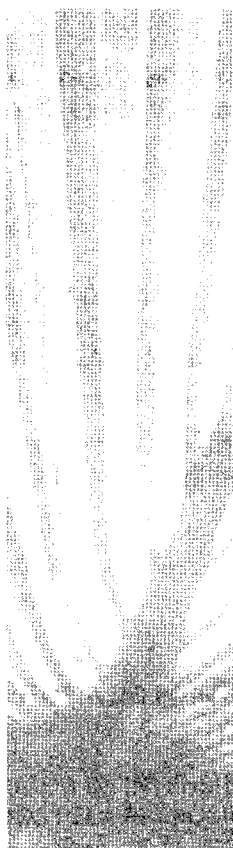
História do Português Brasileiro

Ataliba T. de Castilho
(coordenador geral)

VOLUME VIII

HISTÓRIA SEMÂNTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Rodolfo Ilari e Renato Basso
(coordenadores)



editora**contexto**



UNICAMP



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

PRIMEIRA PARTE: TEORIA VERSUS DESCRIÇÃO

MUDANÇA SEMÂNTICA: DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	22
<i>Renato Basso</i>	

RUÍDOS SEMÂNTICOS NA LEITURA DOS TEXTOS ANTIGOS DO PHPB: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA PESSOAL.....	48
<i>Rodolfo Ilari</i>	

SEGUNDA PARTE: MORFOLOGIA

DE DOUTORAÇÃO A DEITAÇÃO: UMA ANÁLISE DIACRÔNICA DO SUFIXO -AÇO/1 NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	88
<i>Helio Oliveira</i>	

MUDANÇA SEMÂNTICA NO DOMÍNIO INTRAVOCABULAR: O CASO DAS RAÍZES CRANBERRY DO PORTUGUÊS.....	120
<i>Mauricio Resende</i>	

TERCEIRA PARTE: GRAMÁTICA

O PPC NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS NO BRASIL.....	146
<i>Martin Becker</i>	

SOBRE A ORIGEM DE INTENSIFICADORES ENCABEÇADOS PELA PREPOSIÇÃO A	204
<i>Luisandro Mendes de Souza</i>	

DE MANEIRA A FOCO: O PERCURSO SEMÂNTICO DO ADVÉRBIO JUSTAMENTE.....	246
<i>Márcio R. Guimarães</i>	

PARA UMA HISTÓRIA DOS NOMES NUS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O CASO DO SINGULAR NU.....	264
<i>Albert Wall</i>	

**QUARTA PARTE:
LÉXICO E CONSTRUÇÕES**

ALGUMAS DIMENSÕES ESPACIAIS DO PORTUGUÊS: O CASO DE CERCA, CIMA E BAIXO.....	302
<i>Verena Kewitz, Maria Lucia Leitão de Almeida e Janderson Lemos de Souza</i>	

REANÁLISE E MUDANÇA SEMÂNTICA NA NANOSSINTAXE: O CASO DO VERBO CORRER.....	346
<i>Valdilena Rammé e Teresa Cristina Wachowicz</i>	

APRESENTATIVOS ENTRE INDICATIVIDADE E PREDICATIVIDADE	370
<i>Alessandra Castilho da Costa</i>	

VERBOS DE RAIZ AFRICANA NO BRASIL: DIFUSÃO GERAL, ORIGENS E O CASO DO VERBO CUENDAR	414
<i>Laura Álvarez López e Juanito Ornelas de Avelar</i>	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	459
----------------------------------	-----

OS AUTORES.....	475
-----------------	-----

APRESENTAÇÃO

Antes de sua morte prematura, o linguista Uriel Weinreich, conhecido entre nós como um dos coautores de um texto seminal da Sociolinguística (Weinreich, Labov e Herzog, 1968), escreveu alguns artigos fundamentais sobre teoria semântica e, num desses artigos (Weinreich, 1966), qualificou essa disciplina como “a prima pobre dos estudos linguísticos”. Essa avaliação justificava-se na época devido aos grandes avanços por que tinham passado outras disciplinas linguísticas, notadamente a Fonologia e a Sintaxe, e às incertezas que prevaleciam quanto aos possíveis desenvolvimentos da Semântica, mas seria descabida hoje: nestas últimas cinco décadas, a Semântica conheceu avanços notáveis, particularmente (mas não só), por ter incorporado o tipo de análise da língua natural inspirado pela Lógica e por ter-se articulado com a Sintaxe chomskiana.

No Brasil, a pesquisa semântica trilhou nas últimas décadas caminhos divergentes e até certo ponto desencontrados, o que levou a um quadro em que o problema não é a falta de linhas de investigação, mas o excesso de alternativas e a falta de diálogo entre linhas (ver Ilari e Basso, no prelo). Há, contudo, uma área da semântica em que a discussão teórica pouco avançou, justificando a volta à imagem da “prima pobre”, e essa área é precisamente aquela a que se dedica este livro: a investigação diacrônica da significação. Tudo isso teria que ser lembrado para que se entendam os problemas enfrentados na organização deste livro.

Quando, depois de quase uma década de negativas, cedemos finalmente às pressões do diretor da coleção, comprometendo-nos a organizar uma equipe que se encarregaria de recontar em chave semântica a história do português brasileiro, a ausência de referências teóricas fortes em Semântica Diacrônica apareceu naturalmente como um problema. Os potenciais colaboradores eram invariavelmente de *scholars* que já

vinham trabalhando com grande competência sobre aspectos semânticos do português atual; chamados a falar de diacronia, teriam não só que desviar-se de seu principal interesse, mas teriam ainda que improvisar-se em alguma medida como historiadores da língua, um desafio nada trivial depois que a Linguística estrutural e a Gramática Gerativa deixaram a história da língua em segundo plano durante décadas. Os autores dos 12 capítulos que formam este livro aceitaram sair de sua zona de conforto e propuseram textos que, no sentido antigo do termo, são “ensaios”: maneiras pessoais e, portanto, diferentes de encarar a tarefa de reconstituir a diacronia dos significados na história do português brasileiro.

Com esse caráter de ensaio, os 12 capítulos respondem a diferentes “perguntas de pesquisa”. Algumas dessas perguntas são de natureza epistemológica – “o que significa fazer Semântica Diacrônica, na segunda década do século XXI, no Brasil?” ou, em outras palavras, “que aportes recentes deve considerar quem faz hoje esse tipo de pesquisa?” – ao passo que outras são motivadas por uma preocupação mais marcadamente descritiva – “que mudança(s) semântica(s) afetaram tal ou tal aspecto (palavra, morfema lexical, morfema gramatical etc.) da língua portuguesa desde que ela foi trazida para o Brasil?”. Os dois tipos de pergunta são igualmente dignos de respeito, e resultaram em pesquisas muito diferentes entre si, mas nossa tarefa, aqui, não deve ser a de realçar as diferenças, e sim a de ressaltar que as respostas podem ser consideradas em seu conjunto, desfazendo uma impressão de fragmentação que seria injusta e, principalmente, valorizar um elemento comum, que é a busca de maneiras alternativas e originais de fazer Semântica Diacrônica.

A diversidade dos capítulos tem também outra origem. Quando o projeto da História do Português do Brasil tomou forma há mais de dez anos, criou-se a expectativa de que os vários aspectos do português brasileiro do passado seriam estudados a partir de um repertório comum de documentos, uma espécie de “*corpus* compartilhado”, na linha do que tinha sido feito, por exemplo, no Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta. Daí a ideia de cumprir, como exigência preliminar, o levantamento de um *corpus* diacrônico. Na verdade, a preocupação por levantar e estudar documentos inéditos é anterior ao próprio projeto, mas ganhou graças a ele um enorme impulso: os volumes desta coleção (que

tratam apenas de uma pequena parte dos escritos que vieram à tona nos últimos anos) não teriam sido possíveis sem um trabalho intenso voltado para a localização, recuperação, preservação e transcrição do maior número possível de documentos produzidos no Brasil desde os tempos da colônia. Esse trabalho teve o mérito de resgatar do esquecimento (ou mesmo de salvar da perda definitiva) um impressionante volume de documentos escritos que dão uma ideia relativamente exata do que nos resta do português brasileiro dos primeiros séculos, além de criar uma competência inédita no Brasil para as tarefas de restauração, transcrição e interpretação de documentos antigos. Mas entre o levantamento de dados e a construção de uma imagem consistente da língua de qualquer época há muitos obstáculos a superar.

Em primeiro lugar, os documentos se tornam mais escassos à medida que recuamos no tempo e, para os documentos escritos em épocas mais antigas, é difícil saber se seus redatores eram brasileiros ou portugueses; além disso, pesa sobre a pesquisa semântica a pergunta crucial que Rosa Virgínia Mattos e Silva formulou para a gramática e que no nosso caso soaria: “Mudança semântica, mas mudança em relação a que semântica mais antiga?”. Ou seja, o fato de dispor de documentos fidedignos escritos numa determinada época não esclarece o que veio antes. Também importa considerar que a grande maioria dos documentos conservados são documentos legais, escritos numa linguagem engessada e por assim dizer “fora do tempo”. Finalmente, muitas das mudanças semânticas atestadas por esses materiais, embora reais, tem uma história prévia que pode remontar ao tempo em que não existia o Brasil (ou não existiam nem o Brasil nem Portugal): por exemplo a criação de conjunções a partir de uma preposição mais o conectivo *que*, ou o uso de *cujos* como um adjetivo relativo variável são fenômenos tão antigos quanto a própria língua portuguesa ou mais.

Quando se considera esse conjunto de dificuldades, não admira que muitos autores, sem abrir mão do propósito de falar do período de cinco séculos de história do português brasileiro, tenham decidido valer-se de *corpora* que cobrem períodos mais extensos, ou que tenham ido buscar as origens de um novo sentido num passado distante – latino ou medieval – numa atitude que lembra a dos etimólogos. Inversamente, outros autores acharam importante observar mudanças que estão em curso nos nossos dias, olhando para aqui-

lo que acontece na língua dos jornais, ou escarafunchando eletronicamente esse impressionante laboratório linguístico que são as redes sociais.

E mais: as pesquisas sobre mudança semântica davam no passado uma atenção quase exclusiva ao léxico, e isso é compreensível porque o léxico, com sua extensão e diversidade, e com sua capacidade de “abarcar todas as idiosincrasias semânticas da língua”, como já disseram alguns, ilustra praticamente todos os tipos de mudança semântica já identificados. É fascinante acompanhar o modo como a língua reorganiza seus campos lexicais e semânticos em momentos cruciais da história; por isso, estudando a evolução do léxico, se fazem a cada momento descobertas que garantem uma percepção mais exata das mudanças tecnológicas, políticas ou de mentalidade que ocorreram no passado; para dar somente dois exemplos, não é por acaso que, na passagem do século XIX para o XX, os jornais brasileiros deixaram de usar a expressão “indústria agrícola” e passaram a falar em *agricultura* como uma atividade oposta à *indústria* (isto é, a indústria de transformação): o fato de a palavra *indústria* ter perdido então o seu sentido genérico e etimológico de “atividade, esforço produtivo” e ter-se associado às atividades de transformação (em oposição à agricultura e ao comércio) é simultâneo do aparecimento das primeiras fábricas, em oposição à produção tipicamente artesanal do período anterior, uma reorganização que exigia novas terminologias. E também não chega a ser surpresa o fato de que cada um dos grandes ciclos econômicos (desde o açúcar até a maconha) tenha criado simultaneamente uma cultura peculiar e um léxico próprio. Por isso, somos os primeiros a reconhecer que uma história semântica do português brasileiro precisaria também voltar-se para os inúmeros ensaios que descreveram a realidade brasileira desde os primeiros tempos, recuperando aquilo que esses ensaios disseram a propósito de novas criações vocabulares. Mas o léxico é apenas uma das áreas da língua consideradas pelos trabalhos aqui reunidos, que, em sua maioria, tratam de mudanças de significação ocorridas em construções gramaticais. Isso é o resultado de um consenso criado pelas teorias semânticas mais recentes, de acordo com as quais a capacidade de expressar sentidos não é exclusiva das palavras e dos morfemas, mas se estende aos esquemas de construção gramatical (por exemplo, os esquemas de sentença associados à diátese dos verbos).

Quando se evita restringir a mudança semântica às inovações do léxico, descobre-se que a língua criou recursos significativos novos habilitando novas alternativas de construção, ou acrescentando novos itens a este ou aquele conjunto em princípio “fechado” de opções gramaticais. A hipótese geral que está por trás desse entendimento é evidentemente que o sentido de qualquer sentença não resulta apenas das palavras que a integram, mas também do próprio processo de construção ou, dito de outra maneira, que o sentido a que se chega nas sentenças é o fruto de uma montagem abstrata que é ela mesma significativa. Dois termos que resumem esse pressuposto, e que aparecem em momentos cruciais de vários capítulos são “composicionalidade” e “Nanossintaxe”. Os dois termos remetem a formas de análise cujo primeiro passo consiste em encontrar uma representação explícita para os mecanismos que constroem o sentido da sentença a partir do sentido de suas partes; essa representação é necessariamente mais fina e menos grosseira do que as da grafia corrente e da Sintaxe tradicional, e tem levado a descobertas importantes sobre o funcionamento semântico das línguas. Uma expectativa afirmada explicitamente pela maioria dos autores deste livro, e provavelmente aceita por todos é que muitas mudanças semânticas importantes podem ser representadas (e compreendidas) em seus aspectos essenciais como alterações que afetaram essas representações abstratas. Em suma, o leitor vai perceber que as páginas que seguem (ou boa parte delas) têm um compromisso teórico forte com um certo modo de fazer Semântica, mas esse compromisso teórico não retira delas seu caráter de análise.

Em nosso papel de organizadores, a maneira mais simples que poderíamos encontrar para realçar a riqueza das análises propostas pelo livro é percorrer um pouco sobre sua organização e sobre o conteúdo de cada um dos capítulos. Observe-se, em primeiro lugar, que procuramos facilitar a leitura reunindo em áreas distintas os vários capítulos que se propõem objetivos semelhantes: a primeira expõe teorias e estratégias de análises; a segunda lida com mudanças ocorridas na morfologia, seguida por uma terceira parte que lida com estruturas e distinções gramaticais; uma última parte lida com mudanças lexicais e de construções.

Demos à primeira parte o título de “Teoria *versus* descrição”. De fato, os dois textos que a compõem questionam a eficácia de dois caminhos